

# A Insurreição pernambucana de 1645

**José Gerardo Barbosa Pereira**  
Mestre em História Moderna

## Introdução

As Províncias Unidas dos Países Baixos atacaram e tomaram a cidade de Salvador na Bahia-de-todos-os-Santos em Maio de 1624, mas no ano seguinte capitularam devido à reacção encarniçada que lhe foi movida pelos baianos. A partir de então há incursões esporádicas de que se salientam em 1627 as do Almirante Pieter Heyn <sup>1</sup>.

A seguir os holandeses atacam Pernambuco após grandes preparativos nos seus estaleiros e portos de que se apercebe a espionagem de Portugal e de Espanha. A 13 de Fevereiro de 1630 chega a armada holandesa diante do Cabo de Santo Agostinho, seguindo-se o ataque a Olinda e Recife que conseguiram tomar.

Na Europa, a Guerra dos Trinta anos continuava a grassar, envolvendo várias nações que se combatiam por motivos políticos e religiosos, opondo de um lado a Espanha (e também Portugal arrastado pela dominação filipina) e a casa de Áustria e os seus aliados da Liga Católica e, do outro, os príncipes alemães da União Evangélica a que aderiram a Dinamarca, a Suécia e as Províncias Unidas dos Países Baixos.

No Brasil, a ocupação holandesa vai-se impondo com recurso a diversos meios, incluindo os militares, tendo também os holandeses procurado a cooperação de alguns portugueses em negócios. Porém, a influência flamenga dificilmente se estendia para o interior, ante a resistência oferecida pelos portugueses em frequentes emboscadas.

Em 1636 chega a Pernambuco o conde Maurício de Nassau, na qualidade de governador-capitão e almirante-general <sup>2</sup>, contratado pela Companhia das Índias Ocidentais, à qual os Estados Gerais das Províncias Unidas haviam entregue o monopólio do comércio, navegação e conquista das terras da América e parte de África. Mas no aspecto militar não é bem sucedido quando da sua tentativa de desembarque na Bahia em 1638, que se salda por uma derrota, como sucederia dois anos depois.

A notícia da Restauração do trono português chega à Bahia em Fevereiro de 1641 e vem trazer um sopro de esperança àquele povo que aguarda o advento da paz e da liberdade nas terras brasileiras com o provável entendimento entre Portugal e a Holanda e a possível retirada dos ocupantes.

Em Junho desse ano Portugal e a Holanda celebram um tratado de aliança ofensiva e defensiva contra os espanhóis e «um armistício de dez anos quanto às respectivas colónias» <sup>3</sup>.

No entanto, aproveitando-se das tréguas estabelecidas e antes que se publicasse no Brasil a ratificação do tratado da parte do Governo de Portugal, Maurício de Nassau por recomendação dos directores da Companhia das Índias Ocidentais mandou ocupar Sergipe e o Maranhão.

---

<sup>1</sup> António de SOUZA JÚNIOR, *Do Recôncavo aos Guararapes*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1949, p. 24.

<sup>2</sup> Maria Emília Cordeiro FERREIRA, «Maurício de Nassau», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 368-369.

<sup>3</sup> António de SOUZA Jr., *Do Recôncavo...* cit., p. 99.

Mas, em 30 de Setembro de 1642 eclode a revolta do Maranhão em que António Moniz Barreiros e cinquenta conjurados assaltam e recuperam cinco engenhos guardados por 300 holandeses. A seguir atacam o forte do Calvário onde os holandeses se rendem, e com as armas e munições tomadas vão sitiá-la cidade de S. Luís. Com as fileiras engrossadas pelas muitas adesões de moradores e o ânimo fortalecido pelas primeiras vitórias apertam o cerco levando os holandeses, apesar dos reforços recebidos, a retirarem por via marítima em 28 de Fevereiro de 1644<sup>4</sup>.

A revolta de Pernambuco surge após o regresso de Maurício de Nassau à Holanda e é em Maio de 1645 que os seus moradores se comprometem numa autêntica Insurreição Pernambucana<sup>5</sup> que tem o seu momento decisivo, em Agosto, no combate do Monte das Tabocas.

O autor brasileiro Rocha Pombo considera que a obra deixada por Maurício de Nassau em Mauritsstad (a cidade Maurícia como era chamada pelos portugueses) «valeu como um sinal do que ele seria capaz de fazer se não tivesse vindo para a América como representante de uma empresa de comércio»<sup>6</sup>.

### 1. A situação no Brasil ao longo da ocupação holandesa

A situação vivida no Brasil, nessa época, foi objecto de narrativas apaixonadas, de relatos de episódios mais ou menos dramáticos reveladores da grande tensão existente entre as comunidades em presença.

A forma como escreveram alguns autores seiscentistas tem o cunho da sua época, mas as suas narrativas dão-nos uma ideia dos acontecimentos com informações factuais e, mesmo, nominais, que nos permitem entender a mudança de atitude que se regista nos pernambucanos nos meados da década de quarenta.

Ora, os holandeses ou flamengos, como são também designados pelas fontes coevas, no início da sua ocupação, puseram em todas as freguesias «comendores»<sup>7</sup> para a governação local e deram ordens aos moradores, sob pena de morte, para que não acolhessem em suas casas gente das tropas portuguesas, que andassem pelas redondezas, fizessem logo aviso ao quartel mais vizinho; vários dos casos de violência que ocorreram são narrados por Diogo Lopes Santiago<sup>8</sup>.

O mesmo autor refere os roubos à noite perpetrados por alguns holandeses, com ardis, trazendo consigo alguns escravos que falavam bem português, e descreve as agressões e torturas que noutras vezes exerciam «por qualquer suspeita que tinham ou pela causa que queriam», referindo por exemplo o que fazia o «comendor» da freguesia de S. Lourenço de nome Gilberto<sup>9</sup>.

Em Maio de 1637 começam a proceder à venda dos engenhos de açúcar confiscados, ficando Servais Carpentier com os denominados Três Paus e Tracunhãem de Cima por 60000 florins pagos em prestações, segundo F. A. Pereira da Costa nos *Anais Pernambucanos*<sup>10</sup>.

O mesmo autor continua a narração das vendas de engenhos apropriados nestes termos:

---

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, p.103.

<sup>5</sup> Designação dada por autores como Rocha Pombo, Cláudio Moreira Bento e José António Gonsalves de Mello. Varnhagen usa o termo «Revolução» e Belisário Pimenta o de «Insurgência» para qualificarem a revolta dos pernambucanos.

<sup>6</sup> Rocha POMBO, *História do Brasil*, São Paulo, Comp. de Melhoramentos de São Paulo, 1925?, p. 199.

<sup>7</sup> «comendor»: responsável administrativo.

<sup>8</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra de Pernambuco História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da Guerra*, Recife, FUNDARPE, 1984, pp. 150,151.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, pp.149,150.

<sup>10</sup> F. A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, 2ª ed., Recife, FUNDARPE, 1983, p. 63.

«-Engenho Ipitanga, sob a invocação de Santo António, pertencente a Lourenço Cavalcanti, ausente, vendido a Jan Wynants por 48000 florins, pagos em prestações:

-Engenho Goiana, sob invocação de S. Filipe Santiago, pertencente a Gaspar Pacheco e vendido a Willen Louisen.

-Engenho Jacaré, sob invocação da Santa Cruz, pertencente a João Pais Barreto, e vendido ao referido Louisen. Reivindicado o engenho depois da evacuação holandesa, e entrando na sua posse o mestre de campo D. João de Sousa, por herança de seu tio o referido João Pais, vendeu ele a propriedade por 12000 cruzados a João Fernandes Vieira, que assim o declara no seu testamento datado de 1674.

-Engenho Traconhai de Baixo, sob a invocação do anjo S.Miguel, pertencente a Rui Vaz Pinto que ficou com os holandeses, não sendo assim confiscada a propriedade.

-Engenho Mariúna, pertencente a Francisco Homem de Almeida, que fugiu com o índio Camarão, e ainda não vendido.

-Engenho Três Paus, sob a invocação de N.S. da Encarnação, pertencente a Jerónimo Cavalcanti, que emigrou para a Bahia em 1635 com o General Matias de Albuquerque. Confiscado o engenho foi vendido a Carpentier como ficou dito.

-Engenho Santos Cosme e Damião, que pertenceu a Cosme da Silveira, ausente, vendido a Helmich Fereres.

-Engenho Bujari, de Jerónimo Cavalcanti e foi vendido a Fereres.

Neste ano de 1637 o imposto do dízimo cobrado sobre o açúcar produzido em Pernambuco orçava em 85000 florins e o de Itamaracá em 3000. Mas os engenhos convenientemente reparados vieram a ter vantajosas safras no período que decorre de 1637 a 1644, vindo daí uma exportação para a Holanda de 512.273 arrobas de açúcar branco, mascavado e de panela, remetidos pelo Supremo Conselho do Recife à Companhia das Índias Ocidentais e para particulares foram 1.557.862 arrobas, dando a soma de 2.070.135 arrobas de açúcar exportado naquele período <sup>11</sup>.

Em 1640 em Pernambuco já moíam 121 engenhos de açúcar, em Itamaracá e Goyana 23, na Paraíba 21. Cresciam os rendimentos públicos anuais procedentes dos tributos que iam pagando os habitantes pois, conforme escreve Varnhagen, o produto das décimas e do tributo dos engenhos e meúças arrematadas em hasta pública perfazia 276.400 florins, enquanto o rendimento das alfândegas orçava a 700.000 florins, sendo 400.000 os direitos de importação e 300.000 os de exportação do açúcar. Os tributos dos escravos importados subiam a 600.000 florins; o valor das presas e despojos era de 300.000 florins e, finalmente, o produto dos bens e engenhos vendidos atingia 2.400.000 florins <sup>12</sup>.

Por outro lado, na organização da justiça dos holandeses em Pernambuco havia nove juizes, a quem chamavam escabinos - cinco holandeses e quatro portugueses - mas, diz Lopes Santiago que a justiça era a que os flamengos queriam e de quem mais dinheiro tinha para dar. Como instância de recurso criaram um conselho chamado político.

E diz mais: «A pessoa que nestes conselhos queria pôr alguma cousa, primeiramente havia de dar meia pataca para se lhe receber a petição», e as petições deviam ser apresentadas em língua flamenga e para isso tinham certos oficiais que «transladavam as petições dos portugueses em flamengo, e levavam por cada uma, uma pataca ou mais, conforme o teor dela, e logo se seguiam gastos tão excessivos que se um português queria cobrar de outro dez cruzados que lhe devia, primeiro ele havia de gastar vinte e o que devia gastava quarenta»; mas este autor diz que se o devedor dos dez cruzados «dava peita de cinco aos flamengos, logo se lhe dava absolvição plenária, e assim muitos deixavam perder suas dívidas» <sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*, p. 80.

<sup>12</sup> FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN, *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, Lisboa, Tip. Castro Irmão, 1872, pp. 193 -194.

<sup>13</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p.156.

Tinham os holandeses no Recife e noutras partes dois oficiais ou ministros de justiça; a um chamavam fiscal e a outro “escolteto” que no dizer do autor «se faziam mais que bispos e vigários gerais porque condenavam em cem dobrões e talvez em muito mais aos párocos das nossas freguesias se assistiam (ainda enganados) a algum casamento de algum que foi acolhido entre portas»<sup>14</sup>.

Era grande a vigilância exercida sobre os moradores que chegou ao ponto de se impedir que pudessem passear dois homens juntos e nas conversações, quando se juntavam, deviam falar alto e não em surdina um com o outro<sup>15</sup>.

Os moradores desesperavam com a demora no socorro que precisavam, mas o que mais os afligia era o risco de os seus filhos serem atraídos e se inclinarem a «alguma má doutrina, porque ficavam como cordeiros entre arraposados lobos, que procuravam extinguir a fé católica romana e expelir e lançar fora com muitas veras os sacerdotes da terra»<sup>16</sup>.

Se algum senhor de engenho devia alguma coisa aos da Companhia, conta Frei Manuel Calado, que lhe mandavam pôr olheiros nos seus engenhos, os quais não lhe deixavam tirar nem uma arroba de açúcar para «fazer doces para os enfermos, senão que tudo lhe levavam, e sobretudo lhe sustentavam os olheiros enquanto a safra durava»<sup>17</sup>.

Escreve também que os do supremo Conselho mandaram publicar editais determinando, sob graves penas, aos portugueses moradores na Capitania de Pernambuco, que não podiam vender carne nem sequer matar rês nenhuma para comer em suas casas sem licença dos ministros da Câmara, e «não somente compreendia este edital as reses maiores, como boi, vaca, porco, carneiro, ovelha, bode, ou cabra, senão também um leitão, que fosse, de maneira que os moradores haviam de criar o gado e o haviam de vender em pé aos carnicheiros flamengos por baixo preço, e depois comprar-lhes a carne aos arráteis pelo preço que os do Conselho ordenavam»<sup>18</sup>.

Publicaram também, os holandeses, algumas leis impondo que cada morador plantasse em cada ano um certo número de covas de mandioca, segundo o número de escravos que cada um possuísse e que as «ditas covas de mantimento lhes dariam os moradores razão todas as vezes que lhas pedissem, e que fossem obrigados a ter cada um seu meio alqueire de pau, afilado por oficiais que para isso ordenavam, e que os do campo e matos consertassem os caminhos das terras onde viviam»<sup>19</sup>.

No entanto, os seus “escoltetos” saíam cada seis meses pelos campos e matos com outros ministros da justiça e chegavam às casas dos moradores e nenhum havia que não ficasse condenado em dinheiro, ainda que tudo fizesse para cumprir as suas pragmáticas. E muitas vezes, quando chegavam a alguma povoação mandavam um mensageiro aos principais moradores dizendo o montante que queriam receber e, se tal lhes fosse entregue, eles não entrariam na povoação nem buliriam com eles. Diz Santiago: «Vendo os moradores que, por fas ou por nefas, lhes havia de levantar mil caramilhos, e haviam de pagar todos, muito mais lhe ajuntavam entre si todos uma soma de dinheiro, inda que lho não devessem, nem se achassem compreendidos em cousa alguma das pragmáticas, com que ele não entrava na povoação»<sup>20</sup>.

A seguir, narra Santiago a acção do escolteto Paulo António, do Recife com outros ministros da Câmara, nas freguesias de Santo Amaro e S.Lourenço que as «abrasou com tirânicas condenações», porque não cumpriam perfeitamente a pragmática da plantação de mandioca e a outros por não terem os caminhos bem planos e consertados. Condenou a seguir um mancebo

---

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>15</sup> Idem, *Ibidem*, p.150.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*, p. 171.

<sup>17</sup> Frei Manuel CALADO, *Valeroso Lucideno e triunfo da Liberdade*, Recife, FUNDARPE, 1985, p.278.

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*, p. 281.

<sup>19</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p. 157.

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, p. 158.

pobre em doze mil reis, porque tinha um cachorro de caça, dizendo que não era fidalgo para o poder ter»<sup>21</sup>.

Depois chegou a casa de outro homem também pobre que tinha somente um negro, com o qual, foi logo varrer o caminho para receber o escolteto a quem disse: «Vmcê não tem aqui que fazer nesta casa, porque o caminho está preparado e varrido, como Vmcê tem visto. Eu tenho meio alqueire afilado, e tenho obrigação de plantar mil covas de mantimento e tenho plantado mil e quinhentas.» Julgava que nada podia haver em seu desfavor, mas o escolteto não foi da mesma opinião e respondeu-lhe nestes termos: « E a vós quem vos deu licença para plantar mais covas de mandioca do que a pragmática ordena ?». E aplicou-lhe a multa de dez mil reis.

Muitas vezes demandavam os moradores uma, duas e três vezes e cobravam com embustes alegando que «assim tinha em seu livro de razão, havendo-lhes pago a dívida, e nada lhe aproveitava, pagando-a como dissemos duas e três vezes, e isto era muito ordinário entre eles»<sup>22</sup>.

Ainda antes da partida do conde de Nassau, os holandeses tinham publicado editais em que proibiam sob pena de morte a todo o morador de Pernambuco, impondo que ninguém escrevesse à Bahia, nem recebesse de lá cartas, nem agasalhasse, ou tratasse com alguns soldados que viessem «a correr a campanha», ou a outra qualquer pessoa que da Bahia viesse, e que os que soubessem de algum morador que cometesse culpa nesta matéria, sob a mesma pena o fosse logo declarar ao seu tribunal supremo.

Apesar destas penas que eram aplicadas com grande rigor, era frequente a ida e vinda de religiosos de várias Ordens que faziam ligação com o Governador e o Bispo, como anteriormente tinha acontecido quando algumas pessoas importantes de Pernambuco tinham pedido ao Bispo que lhes mandasse da Bahia alguns sacerdotes para lhes administrarem os Sacramentos, «e que não permitisse que perecessem as almas ao desamparo»<sup>23</sup>.

Frei Manuel Calado narra as circunstâncias em que foi aprisionado Frei Junipero, no regresso da Bahia, e Frei João da Cruz que o enviara, sendo torturados e condenados à morte pela força. Acudiram então pessoas importantes do Recife que recorreram para o Conde de Nassau, e este «se abrandou que era benigno de natureza; e choveram dobrões nas mãos do fiscal e mais ministros da Justiça, que é o caminho por onde se chega ao fim que se pretende entre os holandeses se lhe perdoou a morte, porém ficaram presos»<sup>24</sup>.

O mesmo autor comenta a voracidade dos holandeses que se excediam na aritmética, filosofando e imaginando câmbios com que o judeu e o holandês porfiavam, recíprocos, todos os enganados sobre «os pobres senhores dos engenhos, que não tinham domínio útil, e só feitorizavam sua fazenda para a desfrutarem flamengos, e judeus a puros embelecados; e sendo necessário algum fornecimento para suas moendas, tomando-o por excessivos preços cresciam em breves dias os câmbios, [...] se lhe multiplicaram os câmbios de minuto em minuto, com tal extremo, que em quatro anos lhe levaram o engenho pelo débito»<sup>25</sup>.

O autor holandês Pieter Marinus Netscher, no século XIX, reconhece que após a partida do conde Maurício de Nassau, houve uma quebra da disciplina e os holandeses sucederam-se em casos de vexação e extorsão para com os Portugueses<sup>26</sup>.

Por seu lado, o alemão Hermann Watjen, afirma que a cobrança das dívidas não precisava de ser feita de maneira tão brutal, e exclama: «Para quê enviar aos estabelecimentos agrícolas

<sup>21</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>22</sup> Idem, *Ibidem*, p. 159.

<sup>23</sup> Frei Manuel CALADO, *Valeroso Lucideno...* cit., p. 98.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 100.

<sup>25</sup> Idem, *Ibidem*, p. 258

<sup>26</sup> Pieter Marinus NETSCHER, *Les hollandais au Brésil. Notice historique sur les Pays-bas et le Brésil au XVII siècle*, La Haye, Belinfante Frères, 1853, p. 143.

portugueses uma multidão de procuradores, entre os quais se achavam personalidades de reputação dúbia»<sup>27</sup>.

## 2. O protesto e a revolta dos moradores

Com a Restauração da coroa portuguesa e a aclamação do rei D.João IV aumentou o ânimo e a esperança dos pernambucanos, mas ante a demora na expulsão dos flamengos começaram os contactos secretos entre alguns moradores para tentarem uma solução.

João Fernandes Vieira nascido na ilha da Madeira foi para Pernambuco ainda jovem. Diz Rafael de Jesus que «na escola da adversidade e no meio das calamidades que afligiam a sua pátria adoptiva, se formou aquelle grande coração, que depois havia de quebrar os ferros que o agrilhoavam»<sup>28</sup>.

Diz o autor que ele na juventude havia-se distinguido nos jeitos de armas, mas reconhecendo que a resistência só servia para dar alentos aos holandeses para porfiarem na conquista, largou as armas. Valeu-se da indústria, e com prudente sagacidade introduziu-se nas relações com os holandeses e prosperou nos negócios.

Pela sua influência, conseguia evitar o desterro de padres e reparava à sua custa as igrejas que os holandeses danificavam e todos os anos amparava órfãos nos seus casamentos que apadrinhava e a quem oferecia dotes.

Começa a correr o nome de João Fernandes Vieira que nesta época era já possuidor de boa posição nos negócios com os seus engenhos de açúcar e as suas terras com gado.

Este homem, segundo narra Lopes Santiago, ajudou muitos portugueses que estavam sentenciados à morte e com a sua fazenda os livrou, como foram os casos de Pero da Cunha de Andrade, Arnau de Holanda Barreto, Belchior da Rosa, Jerónimo da Silva, Gonçalo Pires, Gonçalo de Almeida, João Afonso, João Jorge, António Martins e outras pessoas principais que estiveram presas, e isto por ter grande amizade com Jacob Stachouwer, um dos do supremo conselho<sup>29</sup>.

Conseguiu também converter cinco judeus ao catolicismo, de todos foi padrinho e deu-lhes de sua fazenda. Casou com uma jovem das melhores famílias da terra e era aparentado com todos os principais por via de todos o tomarem por compadre e padrinho.

Diz Santiago que este homem «floresceu nestes haveres, estado e opulência até ao ano de 1643, em que começou a tratar da restauração das capitánias de Pernambuco, mas não era por razões económicas pois levava uma vida próspera.

Estava, pois, João Fernandes Vieira empenhado em organizar a acção dos moradores quando passou por Pernambuco André Vidal de Negreiros vindo da Bahia para visitar a sua família na Paraíba e, então, recebeu-o em sua casa e pô-lo ao corrente da situação de revolta contra os holandeses e entregou-lhe uma carta dirigida ao Governador António Telles da Silva na qual fazia relato da situação e pedia apoio<sup>30</sup>.

O governador, tanto que leu a carta que André Vidal de Negreiros e o padre Frei Inácio lhe entregaram, sendo informado por eles do que se passava em Pernambuco, e de tudo o que tinham visto e ouvido aos moradores e a determinação em que estavam, mandou que partisse para Pernambuco o Sargento-mor António Dias Cardoso e os capitães António Gomes Taborda e Paulo Veloso com 60 soldados e que caminhando pelo sertão sem serem sentidos nem vistos de pessoa alguma, procurassem avistar-se com João Fernandes Vieira e obedecessem a tudo que

---

<sup>27</sup> Hermann WATJEN, *O domínio colonial hollandez no Brasil. Um capitulo da historia colonial no século XVII*, São Paulo, Companhia Ed.Nacional, 1938, p. 224.

<sup>28</sup> Frei Rafael de JESUS, *Catrioto Lusitano*, Paris, J.P. Aillaud, 1844, p. 179.

<sup>29</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p. 179.

<sup>30</sup> Idem, *Ibidem*, p. 185.

ele lhes ordenasse, e lhe dissessem que aquela tropa era «só para se defenderem deles se se vissem em algum grande aperto»<sup>31</sup>.

Era o mês de Dezembro de 1644, andava Fernandes Vieira empenhado em contactos e diligências feitas em segredo, e tomou a iniciativa de convidar para jantar em sua casa, «os homens nobres e principais»<sup>32</sup>, a quem recordou o historial das situações de opressão e injustiça impostas pelos ocupantes holandeses e fez-lhes um apelo à revolta.

À saída da reunião, apresentou aos seus convidados o Sargento-mor António Dias Cardoso o que lhes fez aumentar a confiança.

Naquela noite João Fernandes Vieira enviou recado aos outros para estarem juntos no rio Tejiptió, a certa hora da manhã, na parte onde ele tinha uma propriedade, mas que não fossem em grupos grandes para não levantar suspeitas.

No outro dia foram chegando e conheceram o mesmo militar, o qual dissera-lhes que vinha ajudar a pedido de Vieira, e vinha por ordem do governador, e em defesa dos moradores «sacrificara vida para que se levantassem contra o inimigo»<sup>33</sup>.

Mesmo assim, alguns mantiveram as suas dúvidas. Mas na altura decisiva darão o seu contributo à insurreição.

### 3. A Insurreição Pernambucana de Maio de 1645

A 23 de Maio de 1645 os principais conjurados pernambucanos assinaram um compromisso de honra, nos seguintes termos:

«Nós abaixo-assinados nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda a ajuda de fazendas e pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer ser tido por rebelde e traidor e ficar sujeito ao que as leis em tal caso permitam. E debaixo deste comprometimento nós assinamos, em 23 de Maio de 1645»<sup>34</sup>. Assinam: João Fernandes Vieira, António Bezerra, António Cavalcanti, Padre Diogo Rodrigues da Silva e mais 14 conjurados.

Em lugar de fazer imediatamente rebentar a revolução, propôs Fernandes Vieira que ela se aprazasse para o dia de São João, para dar tempo a concertarem-se, a fim de haver boa coordenação no levantamento e, diz Varnhagen, que era intenção de Vieira dar nesse dia uma festa na Várzea e convidar os chefes holandeses que ficariam logo ali aprisionados. Porém, a largueza do prazo e a falta de cuidado com o segredo, fizeram com que no Recife se falasse abertamente dos planos dos conjurados o que obrigou muitos a esconderem-se e homizarem-se.

Entretanto, João Fernandes Vieira fora aclamado «governador da guerra da liberdade e restauração de Pernambuco»<sup>35</sup> e nomeara capitães de milícias para muitas freguesias sujeitas ao domínio holandês<sup>36</sup>.

Informados desta situação, os Estados Gerais das Províncias Unidas exigiram o cumprimento da trégua assinada, o que levou o rei de Portugal a ordenar a suspensão do movimento revolucionário<sup>37</sup> iniciado em Pernambuco. Mas, os revolucionários responderam: «Combateremos até o fim e somente após expulso o invasor estrangeiro, iremos a Portugal receber o castigo pela nossa desobediência». Assim prosseguia a sua luta, agora na dupla condição de rebeldes.

<sup>31</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, p.186.

<sup>33</sup> Idem, *Ibidem*, p.189.

<sup>34</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil*, 3.<sup>a</sup>ed., Tomo III, São Paulo, Companhia Melhoramentos, s.d., pp. 10-11.

<sup>35</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p. 215.

<sup>36</sup> Frei Rafael de JESUS, *Catrioto...* cit., p. 217.

<sup>37</sup> F. A. VARNHAGEN, *História Geral do Brasil...* cit., p. 5.

Entretanto, as buscas e prisões efectuadas pelas autoridades holandesas em princípios de Junho, começaram a precipitar os acontecimentos. No dia 13 desse mês, Vieira e outros conjurados reuniram-se no engenho de Luís Braz Bezerra e deram início ao movimento insurreccional.

No dia de Sto. António pela manhã, segundo a narrativa de Frei Manuel Calado, João Fernandes Vieira dirigiu-se com cuidado ao engenho de Luiz Braz Bezerra, onde se reuniram os seguintes moradores: António Cavalcante, Manuel Cavalcanti, João Pessoa Bezerra, António Borges Ochoa, Francisco Berenguer de Andrade, sogro de Vieira, com seu filho Cristóvão Berenguer, Cosmo de Crasto Passos, António Carneiro Falcato, António Bezerra, Miguel Bezerra Monteiro, Luiz da Costa de Sepúlveda, Francisco de Faria, Álvaro Teixeira de Mesquita; e todos estes levaram alguns escravos e criados com armas de fogo.

Com eles seguiu, às três da tarde, para o meio de um mato sobre um outeiro atrás das casas de Maria de Távora, onde estiveram três dias, tempo que foi aproveitado por Fernandes Vieira para dispor as coisas segundo melhor lhe pareceu.

Mas naquele mato juntou-se o capitão João Nunes com onze homens com armas de fogo, e o capitão Francisco de Lisboa com toda a gente que Vieira tinha nos seus engenhos e fazendas com as suas armas, e alguns negros seus escravos em quem tinha confiança. E o autor adverte que «daqui por diante se falará no Padre frei Manuel do Salvador, não como escritor deste tratado, senão como pessoa particular»<sup>38</sup>. Isto é, o autor passa a interveniente aderindo aos insurgentes. E cita os nomes de várias pessoas que aderiram, entre as quais dois madeirenses tal como era Vieira natural e em quem depositava grande confiança. Eram em número de cento e trinta e marcharam para os mocambos de Camarajibe, onde estiveram vários dias dispondo as coisas necessárias, e mandando avisos para todas as partes e juntando alguma gente, mandando dar rebate pelas freguesias que todos os negros crioulos, angolas, minas e ardas, e mulatos cativos que naquela empresa o acompanhassem, e o fizessem como bons soldados, ele lhes prometia carta de alforria, e liberdade, e «de os pagar de sua fazenda a seus senhores, por o justo preço». Alguns se lhe foram juntando<sup>39</sup>.

Adverte o autor que todos aqueles homens, na maior parte casados e ricos, deixaram as suas mulheres e filhos ao rigor do inimigo, como também o fez Vieira, por não lhes ser possível retirarem-nos para lugares seguros devido à pressa, pois os holandeses começaram a prender os moradores depois que descobriram a conjura.

Lopes Santiago refere um caso milagroso ocorrido na Capela de S.to António- Santo de grande devoção de Fernandes Vieira – que muitos testemunharam e tomaram como bom presságio indicador dos caminhos da sua liberdade «por cuja causa se dava à execução esta famosa empresa»<sup>40</sup>.

Entretanto, Vieira foi avisado que os do Supremo Conselho estavam informados por um malsim, da sua localização, e então saiu e foi marchando para os mocambos do Borrvalho juntando mais alguma gente com as suas promessas.

Nestes primeiros dias os holandeses enviaram avisos a todos os “comendores”, que tinham corpos de guardas nas povoações e freguesias, para que lhes prendessem as pessoas que lhes indicavam num rol, e assim prenderam muitos homens honrados por toda a Capitania de Pernambuco. De Porto Calvo veio preso Rodrigo de Barros Pimentel; de Una, o Padre João Gomes de Aguiar; de Sirinhaém, Sebastião de Guimarães e Simeão Vieira; de Ipojuca, João Carneiro de Mariz e seu filho Francisco Carneiro de Mariz e Francisco Dias Delgado e Miguel Fernandes de Sá; do cabo de Santo Agostinho, António Mendes de Azevedo; de Gurjaú, António Nunes Ximenes; de Santo Amaro, António Bulhões; de São Lourenço, Gaspar Pereira e o seu filho Sal-

<sup>38</sup> Frei Manuel CALADO, *Valeroso Lucideno...* cit., p. 323.

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>40</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p. 210.



vador Pereira, e muitos outros de que não lembra os nomes e outros que avisados retiraram-se para os matos.

No dia 18 de Junho os holandeses publicaram um edital afixado em todas as portas das igrejas da Capitania, dando um prazo de nove dias para os moradores regressarem. Vinha selado com o selo maior e assinado por: João Bolestrate, Henrique Hamel, Petre Vaes, João de Valbeque»<sup>41</sup>.

Publicado o edital, logo acudiram ao supremo Conselho muitos moradores que tinham ficado em suas casas, por não se terem podido retirar por causa da grande inverno, e por não terem entre os matos com que sustentar as suas mulheres e filhos; e também porque não tinham sabido do levantamento. E assim para poderem estar quietos em suas casas enquanto se não juntavam os moradores e se declarava em forma a aclamação da liberdade, foram todos receber os seus passaportes que a cada um custava duas patacas.

Outros ao ouvirem ou lerem o edital, e tendo a certeza que o «governador da liberdade» Fernandes Vieira se havia retirado com a gente para o mato, foram caminhando para onde ele estava e se lhe agregaram, e as mulheres e filhos de alguns recolhiam-se nas casas dos que tinham passaporte. Só na casa de Gaspar de Mendonça, nos Apipucos, estavam recolhidas mais de cento e cinquenta pessoas.

A seguir os holandeses mandaram «deitar um bando»<sup>42</sup> em que prometiam quinhentos florins a qualquer pessoa que matasse João Fernandes Vieira, e mil florins a quem lh'o trouxesse vivo, ou a sua cabeça, e que se o matador fosse escravo, lhe dariam alforria, e mais quinhentos florins.

Vieira soube deste «bando», e mandou deitar outro, e fixá-lo nos lugares públicos, no qual prometeu oito mil cruzados a quem quer que lhe trouxesse a cabeça de cada um dos do supremo Conselho. Era ameaça contra ameaça.

Pois, quando se soube em Ipojuca da insurreição chefiada por Fernandes Vieira, logo determinaram de o fazer declaradamente. Assim, no passo do rio de Ipojuca, estando três barcos dos holandeses à espera das cargas de açúcar, farinha e outras drogas dos holandeses e judeus para partirem para o Recife, a dada altura Manuel Miranda discutiu com um judeu sobre os seus negócios e a discussão degenerou em luta de que morreu o judeu; acudiram reforços de parte a parte e a luta continuou com baixas para judeus e holandeses e, diz-nos Calado, «a sete ou oito deram a vida, porque lhes pediram bom quartel, com as mãos levantadas ao céu»<sup>43</sup>. A seguir, treze flamengos renderam-se a Amador de Araujo, que fora eleito capitão-mor; este foi juntando toda a gente que era idónea para tomar armas, uns com armas de fogo, outros com paus tostados, outros ainda com facões e dardos, prepararam-se para se defender caso os viessem buscar.

No Recife, os judeus fizeram grande alarido pelos dois judeus mortos e começaram a persuadir os do supremo Conselho que mandassem vingar aquelas mortes, e lhes ofereciam dinheiro para os gastos da jornada. Saiu logo do Recife o Governador das armas Henrique Hus com seiscentos soldados, a melhor gente de guerra que os holandeses tinham, e com trezentos índios inimigos dos portugueses.

Porém, as milícias armadas ofereceram resistência e refugiaram-se no mato, o que fez parar Hus pelo receio de emboscadas.

No princípio do mês de Julho prepararam os do supremo Conselho uma nau e mandaram-na à Bahia com uma embaixada ao Governador Geral Teles da Silva com o fito de descobrir, sob a capa de embaixada, se estava na Bahia alguma armada de Portugal.

Os embaixadores deram conta ao Governador do levantamento de Fernandes Vieira em Pernambuco e de tudo o que se passara e pediram-lhe que ele, Governador, não favorecesse

<sup>41</sup> Frei Manuel CALADO, *Valeroso Lucideno...* cit., p. 327.

<sup>42</sup> bando: anúncio, pregão.

<sup>43</sup> Frei Manuel CALADO, *Valeroso Lucideno...* cit., p. 328.

esta traição e levantamento nem lhe fizesse guerra, pois estavam em tréguas, porque fazendo-lhe ele guerra ou mandando socorro a Fernandes Vieira, teriam que mandar vir uma armada da Holanda, com a qual não somente passariam a cutelo todos os moradores de Pernambuco, como rebeldes e traidores, mas também iriam tomar a Bahia. E disseram também que já em Pernambuco se dizia publicamente, que em socorro de Vieira eram partidos da Bahia e haviam passado o rio de S. Francisco o Tenente General André Vidal de Negreiros, e os Capitães Paulo da Cunha, Pedro Cavalcanti, Lourenço Carneiro, António Alures Tição, Ascenso da Silva, e outros mais com grande número de soldados.

Ouidas estas razões, mandou logo o Governador chamar André Vidal de Negreiros e os capitães atrás nomeados e depois deles estarem presentes, respondeu-lhes deste modo: «Esses senhores do supremo conselho, como têm feito muitas traições a sua Magestade, e muitas extorções e agravos aos moradores de Pernambuco, suas maldades lhes trazem as consciências perturbadas e os fazem temer e recear: ora, eu, suporto, que entendo que me enganam, me quero deixar enganar por esta vez. Vão-se para Pernambuco, e digam aos do supremo conselho que dentro de quinze dias pouco mais ou menos eu mandarei aquietar os moradores de Pernambuco e João Fernandes Vieira, se eles quiserem obedecer porque estão fora da minha jurisdição»<sup>44</sup>.

No Recife os holandeses publicaram um decreto que alarmou os moradores portugueses e de que Frei Rafael de Jesus dá notícia nestes termos: «o flamengo publicara um decreto, pelo qual obrigava a todas as mulheres de seu domínio, de qualquer qualidade e estado que fossem, que tivessem maridos, filhos, cunhados ou irmãos no exército de João Fernandes Vieira, os fossem acompanhar em termo de cinco dias, sob pena de morte e confiscação de fazendas: que irremissivelmente se executaria em todas as que depois do tempo consignado fossem achadas»<sup>45</sup>.

Diz o autor que soou muito mal este rigor bárbaro e não houve quem não ficasse abrasado pela ira e a vontade de vingança.

Então, formou-se uma delegação composta por Gaspar de Mendonça, de Apipucos, Luís Braz Bezerra e outros moradores, que foram buscar o padre Frei Manuel Calado, pessoa por quem os holandeses tinham grande respeito, e foram apresentar forte reclamação pelo bárbaro teor do recente decreto.

Por sua vez, João Fernandes Vieira, na sua qualidade de governador da liberdade, mandou publicar em 15 de Julho, um edital no qual considera o decreto dos holandeses «fora de todo o estilo da razão» e portanto ordena «que nenhuma mulher ou outra qualquer pessoa se saia de sua casa» e que, pelo primeiro que começar a molestá-las, promete não lhe dar quartel. E, no final, afirma: «E bem conhecem os mesmos flamengos que além de ter eu o favor do céu, tenho o poder da terra, que eles não ignoram, para dar à execução todo o conteúdo neste edital»<sup>46</sup>.

Escreve Frei Rafael de Jesus que os holandeses suspenderam a execução do referido decreto. Mas, pouco depois, descansados de que não vinham reforços para os insurrectos, prepararam uma força militar bem armada de clavinas e espingardas, sob o comando de João Blar que já se notabilizara pela sua índole brutal.

Frei Manuel do Salvador soube desta determinação que lhe declarou um judeu a quem andava catequizando com muito cuidado, como já o tinha feito a outros sete da mesma nação; e mandou logo aviso a Fernandes Vieira por intermédio do Padre Manuel Ribeiro, morador na Várzea, permitindo que os insurgentes<sup>47</sup>, mudassem de local e de posição.

Entretanto os moradores chefiados pelo madeirense mudaram-se dos mocambos do Borralho para Maciape onde receberam um reforço de 800 voluntários e depois passaram ao Enge-

<sup>44</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p. 223.

<sup>45</sup> Frei Rafael de JESUS, *Castrioto Lusitano...* cit., p. 255.

<sup>46</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p. 235.

<sup>47</sup> Termo usado por Belisário PIMENTA in *As duas Guararapes*, Coimbra, Coimbra Ed., 1947, Sep. *Brasília*, vol. IV, p. 8.

nho do Covas e aí aguardaram a chegada das tropas de Henrique Dias <sup>48</sup> e António Filipe Camarão <sup>49</sup> a quem Vieira tinha enviado emissários. Nos últimos dias de Julho retiraram-se com destino ao monte das Tabocas em busca de local mais seguro. Aquele é o ponto mais alto da Serra do Camocim perto da actual cidade de Vitória, onde os revolucionários acamparam e de onde descobriram todos os contornos até à Várzea do Recife na distância de mais de seis léguas.

A 3 de Agosto, uma coluna de 1100 soldados holandeses comandados pelo coronel Hus apresentou-se às 2 horas da tarde diante das posições do Monte das Tabocas. O Sargento-mor António Dias Cardoso já havia tomado as disposições para a luta tirando partido do terreno em duas linhas de tabocas( barreiras de canas bravas muito resistentes), preparando três locais de emboscadas e mantendo uma força sob o comando de Fernandes Vieira no alto do monte. As forças de que dispunha não ultrapassavam os 900 homens dos quais 230 estavam armados com mosquetes e os restantes com dardos, facões, espadas e paus tostados.

Os combates foram encarniçados com os holandeses a penetrarem na primeira linha e a conseguirem repelir as forças da segunda, já com muitas baixas, mas a não resistirem ao choque da força chefiada por Vieira a que se seguiu um combate corpo a corpo tremendo, que a noite veio interromper e separar os contendores. Ao clarear o dia quando os revolucionários mandaram alguns grupos em busca dos holandeses, estes tinham retirado levando os feridos e deixando nos campos, segundo Santiago, trezentos e setenta mortos o que era seis vezes mais baixas do que as suas <sup>50</sup>.

As perdas holandesas foram consideráveis e ocorreram, na opinião de Varnhagen, em consequência da demasiada confiança com que se lançaram na peleja e, quanto às baixas holandesas, cita Frei Manuel Calado que refere cento e setenta mortos na campina, e no Tapacurá, em uma parte cinquenta e cinco, e noutra vinte e nove <sup>51</sup>.

Este feito aumentou bastante o moral dos insurgentes, mas segundo os vários autores, ele ficou a dever-se em grande parte ao plano de defesa delineado e posto em execução pelo Sargento-mor Dias Cardoso e à determinação de Fernandes Vieira. Mas pode afirmar-se que a derrota dos holandeses no Monte das Tabocas em circunstâncias tão desfavoráveis aos revolucionários, foi decisiva para a marcha dos acontecimentos em Pernambuco e nas capitânicas vizinhas

Entretanto, os holandeses em meados de Julho perpetraram um bárbaro massacre na igreja de Cunhaú, no Rio Grande do Norte, no decorrer de uma missa, em que foram mortas mais de sessenta pessoas incluindo o padre André do Soveral <sup>52</sup>.

Em Agosto atacaram de surpresa oito navios que estavam na enseada de Tamandaré, destruindo dois e tomando outros dois; neste combate os portugueses sofreram cerca de cem mortos e o capitão-mor Jerónimo de Paiva, ferido, foi preso <sup>53</sup>.

No dia 10 de Agosto, Vieira levantou acampamento e dirigiu-se para Santo António do Cabo e no caminho, em Gurjaú, encontrou as forças de Henrique Dias e de Filipe Camarão. Algum tempo depois chegaram de reforço dois Regimentos da Bahia de que eram comandantes André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno. Dias depois conquistaram o Engenho de D.Ana Pais ou Casa Forte a que se seguiram as fortalezas de Serinhaém, do Cabo, Pontal e

<sup>48</sup> Henrique Dias: Negro nascido em Pernambuco, tornado livre quando se ofereceu a Matias de Albuquerque. Participou em vários combates com os holandeses tendo sido ferido oito vezes. Foi nomeado Governador dos negros e mulatos de Pernambuco, e recebeu diversas comendas, o título de fidalgo e o hábito da Ordem de Cristo.

<sup>49</sup> António Filipe Camarão, Índio chamado Poti pelos indígenas, que em 1630 se apresentou a Matias de Albuquerque chefiando um troço da sua tribo potiguar. Combateu os holandeses em diversas situações. Distinguido com diversas mercês régias, entre as quais a patente de capitão-mor dos índios do Brasil com direito a brasão de armas e uso do hábito da Ordem de Cristo.

<sup>50</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p. 257.

<sup>51</sup> Frei Manuel CALADO, *Valeroso Lucideno...* cit., p.206. Apud F. A. VARNHAGEN, *História Geral do Brasil...* cit., tomo III, p. 21.

<sup>52</sup> Lopes SANTIAGO, *História da Guerra...* cit., p. 237.

<sup>53</sup> Idem, *Ibdem*, p. 286.

Nazareth, ficando os insurrectos a dominar extensa área nas vizinhanças do Recife, sedeados no Arraial Novo do Bom Jesus. A seguir foi a vez de Porto Calvo e do forte Maurício situado na margem esquerdo do Rio S. Francisco serem conquistados aos holandeses.

Entretanto, o cerco ao Recife, montado pelos revolucionários, tornava-se rigoroso mas, no ano seguinte, a situação dos sitiados melhorava com a chegada de algumas frotas com víveres e reforços em material e munições, e também 2000 homens comandados pelos coronéis Von Schkoppe e Henderson.

#### 4. Aspectos diplomáticos

Nesta época, a diplomacia tornava-se o meio privilegiado de afirmação dos Estados soberanos independentes movendo-se numa nova ordem jurídica caracterizada, especialmente, pela descentração da religião, numa atitude laica, de interpretação de relações de poder e de força tidas como situações de facto, e em que os interesses públicos de cada Estado assumiam o lugar de «único fim do príncipe e dos seus conselheiros» como dizia Richelieu<sup>54</sup>. Mas a diplomacia dependia bastante dos argumentos obtidos nos campos de batalha.

Em Janeiro de 1641, D. João IV inicia negociações com o governo de Richelieu – de quem recebera discreto apoio - tendo credenciado como embaixadores junto do rei de França, Francisco de Melo e o Dr. António Coelho de Carvalho.

Propunha o rei português uma *liga formal*, quer dizer, uma aliança que não se situasse meramente no plano de facto e acautelasse o reino de Portugal contra as contingências de uma paz separada que condenasse Portugal a uma nova absorção no espaço político espanhol. Em 1 de Junho de 1641, com efeito, celebrou-se o Tratado Luso-francês, mas este não excluiu a hipótese de paz separada; um artigo secreto previa que, no caso da França e seus confederados fizessem paz com a Casa de Áustria, «o Rei Cristianíssimo, por sua generosidade, faria o possível por se reservar a liberdade de assistir o Rei de Portugal, em suas justas pretensões, contanto que os aliados da França concordassem nisso»<sup>55</sup>.

Não foram mais bem sucedidos outros embaixadores nomeados para a Corte francesa.

Para a negociação com as Províncias Unidas dos Países Baixos, D. João IV nomeou como embaixador Tristão de Mendonça Furtado, e começou por oferecer vantagens comerciais além de apoio militar contra a Espanha, mas reclamou a restituição dos territórios usurpados, com o fundamento, um tanto ingénuo, de que a usurpação se deveria a uma causa removida - o domínio filipino, inimigo comum das Províncias Unidas e de Portugal.

Os holandeses também tiveram uma reacção rápida e benevolente, ao menos no campo jurídico, pois logo em 27 de Fevereiro de 1641, os Estados Gerais ordenaram aos seus súbditos que não hostilizassem os Portugueses. Mas Maurício de Nassau, governador holandês do Brasil, não só ali se conservou, como, aproveitando as naturais dificuldades do momento, ocupou com as suas tropas, além do Maranhão, algumas posições portuguesas na África Ocidental – Angola e S. Tomé -, depois de assinadas, em 12 de Junho de 1641, as tréguas entre Portugal e a Holanda<sup>56</sup>.

Assim ficou definida a política dualista da Holanda em relação a Portugal após a Restauração, pois na Europa era aliada de Portugal que lhe fornecia o sal muito necessário às suas indústrias tendo, ainda, uma esquadra holandesa vindo a Lisboa para ajudar Portugal e, também, uma força de cavalaria neerlandesa participara na Batalha de Montijo. Nas negociações de Munster

---

<sup>54</sup> Jorge Borges de MACEDO, *História diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de força*, Lisboa, Instituto de Defesa nacional, s.d., p. 177.

<sup>55</sup> José F. Borges de CASTRO, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao Presente*, vol I, Lisboa, 1856-1858, pp.16 e ss. Apud Pedro Soares MARTINEZ, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo, 1985, p.143.

<sup>56</sup> J. F. Borges de CASTRO, *Collecção... cit.*, vol. I, pp. 25 e ss. Apud P. Soares MARTINEZ, *História Diplomática... cit.*, p.145.

iniciadas em 1644, a Holanda assumiu a defesa da causa de Portugal que pretendia ver reconhecida a sua independência face ao rei Filipe IV de Espanha.

Entretanto, os Estados Gerais das Províncias Unidas opuseram-se às restituições no Brasil e em África, pedidas por Mendonça Furtado. A este embaixador sucedeu Francisco de Andrade Leitão tido por violentamente intransigente, e depois dele apresentou-se em 1643 Francisco de Sousa Coutinho que se iria notabilizar como diplomata extremamente hábil na fase mais difícil das negociações.

Em 1646 Sousa Coutinho procurando, a todo o transe, evitar o rompimento com as Províncias Unidas por causa da insurreição pernambucana, continuava a garantir que o rei de Portugal não só era alheio ao movimento como ordenaria a substituição do Governador geral do Brasil, caso este estivesse implicado na insurreição. Mas os holandeses na posse de provas documentais, indignaram-se com o caso, a ponto de haver populares que tentaram assaltar a embaixada de Portugal.

Então, D. João IV, desanimado sobre o andamento das negociações escolheu o padre António Vieira, pelas suas aptidões em política e como entendido nas coisas do Brasil. Tendo-se deslocado primeiro a Paris, em Fevereiro de 1646, teve audiência com Mazarino, passando depois por Ruão onde tinha de receber dos judeus portugueses, lá estabelecidos, créditos para Amesterdam. De Ruão viajou para Calais, e dali embarcado a Rotterdam, chegando a Haia em 18 de Abril. Na Holanda ficou três meses, sem que o propósito da jornada fosse realizado.

Porém, em 16 de Dezembro, D. João IV despachou para a Holanda uma carta patente com a nomeação de Francisco de Sousa Coutinho para o cargo de Governador geral do Brasil em substituição de Teles da Silva. Era a demonstração, para os holandeses verem, de que o rei de Portugal cumpria o que prometera.

Sousa Coutinho na sua carta de 22 de Janeiro de 1647 agradeceu ao Rei a prova de confiança, mas disse que conversara com o Padre António Vieira e que, atentas as circunstâncias em que desempenhava o cargo de embaixador nas Províncias Unidas numa altura em que ganhara a confiança dos holandeses, considerava mais importante a sua permanência na Holanda. Mais adiante afirmava que a sua renúncia ao prémio que aquela nomeação representava, não seria novidade para o Rei, pelas provas por ele já dadas, pois, dizia: «obriga-me mais ser serviço de VMgde<sup>57</sup> e bem do Reino que ter por prémio do serviço metade do mesmo Reino»<sup>58</sup>.

Entretanto, aproximavam-se do seu termo as negociações entre as potências envolvidas na Guerra dos Trinta Anos, e a diplomacia portuguesa não conseguia ver reconhecida a independência do país.

Em Lisboa, o Conselho Ultramarino propôs ao Rei a escolha de Francisco Barreto para comandante das forças portuguesas de Pernambuco e, em 12 de Fevereiro de 1647, D. João IV assinou a carta patente da nomeação de Francisco Barreto<sup>59</sup> como Mestre-de-campo geral do estado do Brasil.

Em Maio, porém, ao chegar ao litoral brasileiro, a esquadra em que seguia foi localizada pelos holandeses e derrotada, tendo ficado prisioneiro no Recife juntamente com Filipe Bandeira de Melo e outros<sup>60</sup>.

Neste ano em que a Bahia esteve bloqueada pela armada holandesa, vive-se na Europa um ano particularmente difícil. Já não se duvidava da proximidade da paz entre a Espanha e a

---

<sup>57</sup> Nos documentos da época, a palavra aparece escrita com a grafia: "Magestade".

<sup>58</sup> Francisco de Sousa COUTINHO, *Correspondência diplomática durante a sua embaixada na Holanda*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 19.

<sup>59</sup> Francisco Barreto (ou Francisco Barreto de Menezes), mestre-de-campo que se notabilizara nas campanhas da Restauração e estivera no Brasil quando da expedição a Pernambuco sob a chefia do Conde da Torre em 1638, a que se seguira a retirada por terra para a Bahia, onde os expedicionários chefiados pelo mestre-se-campo Luis Barbalho chegaram a tempo de socorrer a cidade de Salvador atacada pelos holandeses.

<sup>60</sup> Pedro CALMON, *Francisco Barreto. Restaurador de Pernambuco*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 8.

Holanda, e o desagrado de ambas para com Portugal era de mau agoiro. Poderia Portugal enfrentar, simultaneamente, a maior potência naval do mundo de então e a sua poderosa vizinha peninsular?

Resolveu o monarca português que Sousa Coutinho apresentasse em Haia uma proposta de aquisição do Brasil holandês, mediante elevada indemnização pecuniária, que se admitia ser tentadora para a Companhia, dadas as dificuldades por que passava. Mas os Estados Gerais recusaram-se a considerar a perda de soberania sobre aqueles territórios.

Então, em situação já desesperada, o rei de Portugal dispôs-se a negociar a devolução dos territórios atingidos pela insurreição, solução que já era advogada pelo Padre António Vieira.

E assim, Sousa Coutinho numa longa proposta aos Estados Gerais holandeses datada de 16 de Agosto de 1647, pusera a hipótese do rei de Portugal devolver à Holanda (apenas) os territórios de Pernambuco que se tinham rebelado contra a ocupação dos flamengos em troca da paz entre os dois Estados, e ainda com a condição de os Estados Gerais servirem de medianeiros entre Portugal e Espanha para a negociação da paz e o reconhecimento, por esta, da legitimidade de D. João IV. Os Estados Gerais não responderam logo pois queriam mais do que lhes era prometido, tanto mais que esperavam, em breve, assinar um tratado de paz com a Espanha.

Continuando crítica a situação diplomática com a Holanda, resolveu, D. João IV, no mesmo mês de Agosto, mandar outra vez a esse país o Padre António Vieira, e conjuntamente tratar em França o casamento do Príncipe D. Teodósio com M.elle Montpensier, filha do Duque de Orléans, sobre que já antes tinha feito tentativas. Porém, esta diligência não foi bem sucedida.

Mas, numa carta de 17 de Novembro de 1647, dirigida ao Rei, Sousa Coutinho disse que recebera carta do Mestre de Campo General Francisco Barreto, de tal teor que «pelas notícias que me dão estes prisioneiros de Pernambuco, quatro gatos bastão pera lançarem delle fora os holandeses»<sup>61</sup>.

Pouco depois, de Lisboa, foi expedida uma esquadra de socorro à Bahia e mandado regressar o Governador geral António Teles da Silva, seguindo em sua substituição o conde de Vila Pouca de Aguiar, António Teles de Menezes.

A paz da Espanha com a Holanda foi assinada no princípio de 1648 e, nos seus termos, incluía a restituição aos holandeses de todos os territórios brasileiros tomados pelos insurrectos.

Porém, a 19 de Abril de 1648 ocorre a primeira Batalha dos Guararapes, nos montes do mesmo nome situados poucos quilómetros a Sul do Recife, onde as forças portuguesas, comandadas por Francisco Barreto (entretanto liberto do cárcere do Recife), infligem uma pesada derrota às forças holandesas.

Quando em Outubro de 1648, na Europa, são assinados os Tratados de Westefália sem qualquer referência a Portugal, tendo meses antes, em Janeiro, as Províncias Unidas, celebrado o tratado de Paz com a Espanha<sup>62</sup> agudizando a situação de Portugal na Europa, temos no Brasil uma nova situação que permite acalentar esperança num desfecho favorável que se concretizará seis anos depois, com a capitulação holandesa de Janeiro de 1654.

### **Comentário final**

O exemplo do Maranhão impeliu os moradores da capitania de Pernambuco a avançarem na sua revolta contra os senhores da Companhia holandesa das Índias Ocidentais de que, os do supremo Conselho do Recife, se revelavam zelosos serventuários. Passara o tempo da presença do conde Maurício de Nassau em Pernambuco onde, apesar da sua manha em protelar o acatamento do Tratado de tréguas, viveu-se então uma época de realizações e obras públicas, acompanhadas de alguma atenuação das condições impostas pelos ocupantes.

---

<sup>61</sup> F. Sousa COUTINHO, *Correspondência...* cit., vol. II, p. 254.

<sup>62</sup> Tratado de 30 de Janeiro de 1648. Cf. Jorge Borges de MACEDO, *História Diplomática Portuguesa...* cit., p. 177.

Mas, como vimos nas narrativas de autores coevos, a situação piorou de tal maneira que os moradores tentaram encontrar formas de se libertarem da sujeição com o alento dado pela Restauração em Portugal, como está expresso nas fontes consultadas.

A liderança de um morador de Recife, próspero homem de negócios, veio a constituir um factor importante na luta contra o invasor holandês e conseguiu que o núcleo inicial dos revoltosos crescesse rapidamente.

A determinação dos moradores e dos seus líderes teve seguimento na adesão de índios e negros chefiados por duas figuras das respectivas etnias, que se evidenciaram e passaram à história do Brasil.

Além da exploração económica a que estavam sujeitos os pernambucanos, o factor religioso pesou bastante, como vimos, na sua decisão, numa época de grande confronto religioso na Europa, e por isso deve ser tratado como um dos mais importantes. Este nível de motivação – digamos ideológico - era patente nas aflições expressas pelos moradores com receio de verem os filhos atraídos para «alguma má doutrina».

No nível da intervenção pessoal, houve o envolvimento de membros das várias ordens religiosas e do clero secular como foi o caso do padre Diogo Silva que assinou o manifesto de 23 de Maio e, além dele, outros já referidos faziam a ligação entre os revoltosos e o Governador na Bahia, outros ainda que contactavam os judeus para obter informações, muitas vezes preciosas, e também os que escreveram as principais obras coevas com o relato dos acontecimentos como foi o caso de Frei Manuel Calado e, mais tarde, de Frei Rafael de Jesus, cronista-mor do Reino.

As narrativas de autores coevos dão-nos uma ideia dos acontecimentos com informações factuais e permite-nos perceber a grande mudança de atitude, que se regista nos moradores de Pernambuco nos meados da década de quarenta, levando-os a organizarem o movimento insurreccional.

A espontaneidade da violência apenas foi notória em Ipojuca, onde, contudo, se deu a revolta quando os moradores souberam da liderança de Vieira pelo que se pode afirmar que houve aqui uma menoridade da liderança popular que, esteve dependente da dos homens de negócios e senhores de engenho, tendo-se gerado com estes uma forte solidariedade vertical. Esta foi posta à prova, seriamente, no mês de Agosto quando a confrontação toma o carácter de combate com características militares, no monte das Tabocas, conseguindo os insurrectos uma importante vitória.

Estava assim aberto o caminho para a saída dos holandeses de Pernambuco.

### **Fontes manuscritas**

Biblioteca Municipal do Porto, Códice n.º 111, *História da Guerra de Pernambuco...*, escrito por Diogo Lopes Santiago (c. de 1670).

### **Fontes impressas**

BARLAEUS, Gaspar, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, Pref. J. António Gonsalves de Mello, Recife, Fundação de Cultura da Cidade, 1980.

CALADO, Frei Manuel, *O valeroso Lucideno e triunfo da Liberdade*, Recife, FUNDARPE, 1985 ( 1ª edição em 1648).

JESUS, Frei Rafael de, *Catrioto Lusitano*, Paris, J.P.Aillaud, 1844( 1ª edição em 1679).

LOPES, Diogo Santiago, *História da Guerra de Pernambuco História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da Guerra*, Recife, FUNDARPE, 1984.

### Estudos e obras gerais

- BRASÃO, Eduardo, *A Restauração. Relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, Lisboa, Bertrand, 1939.
- CALMON, Pedro, *Francisco Barreto. Restaurador de Pernambuco*, Lisboa, A.G.C., 1940.
- CASTRO, José F. Borges de, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao Presente*, vol.I, Lisboa, 1858-1858.
- COSTA, F. A. Pereira da, *Anais Pernambucanos*, vol.3, 2ªed., Recife, FUNDARPE, 1983.
- COUTINHO, Francisco de Sousa, *Correspondência diplomática durante a sua embaixada na Holanda*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
- SOUSA Jr., Major António de, *Do Recôncavo aos Guararapes*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1949?
- MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de força*. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s.d.
- MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1985.
- NETSCHER, Pieter Marinus, *Les hollandais au Brésil. Notice historique sur les Pays- bas et le Brésil au XVII siècle*, La Haye, Belinfante Frères, 1853.
- PIMENTA, Belisário, *As duas Guararapes*, Coimbra, Coimbra Ed., 1947, Sep. *Brasília*, vol. IV.
- POMBO, Rocha, *História do Brasil*, S.Paulo, Compª. Melhoramentos de S.Paulo, 1925(?).
- SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992 ?.
- TENGARRINHA, José Manuel, *Movimentos Populares Agrários em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Europa- América, 1994.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed. integral, S.Paulo, Companhia Melhoramentos, s.d..
- \_\_\_\_\_, *História das lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654*, Lisboa, Tipografia de Castro Irmão, 1872.
- VIEIRA, Padre António, *Cartas*, Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.
- VOLTAIRE, *Cândido*, Lisboa, Guimarães Editores, 1989.
- WATJEN, Hermann, *O dominio colonial hollandez no Brasil. Um capítulo da historia colonial no seculo XVII*, São Paulo, Companhia Ed.Nacional, 1938.



## Índice

Introdução	1
1. A situação no Brasil ao longo da ocupação holandesa	2
2. O protesto e a revolta dos moradores	6
3. A Insurreição Pernambucana em Maio de 1645	7
4. Aspectos Diplomáticos	12
Comentário final	14
Fontes e Bibliografia	15